



A Senda nos

Estudos da

Língua Portuguesa 2

Fabiano Tadeu Grazioli
(organizador)

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Fabiano Tadeu Grazioli
(organizador)

A Senda nos Estudos da Língua Portuguesa 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A474	A senda nos estudos da língua portuguesa 2 [recurso eletrônico] / Organizador Fabiano Tadeu Grazioli. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A Senda nos Estudos da Língua Portuguesa; v.2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-493-1 DOI 10.22533/at.ed.931192407 1. Língua portuguesa – Estudo e ensino. 2. Língua portuguesa – Pesquisa – Brasil. I. Grazioli, Fabiano Tadeu. II. Série. CDD 469.5
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A imagem do caleidoscópio pode representar de maneira satisfatória este segundo volume de *A senda nos estudos da Língua Portuguesa*, isso porque – sendo o referido aparelho óptico formado internamente por pequenos fragmentos de vidro colorido e espelhos inclinados, que, através do reflexo da luz exterior, apresentam combinações variadas a cada movimento – os trabalhos que compõem o volume partem de diferentes veredas do âmbito das linguagens para se unirem e oferecerem um panorama diverso e complexo de estudos que, dependendo do movimento e da perspectiva de quem olha/lê, pode apresentar múltiplos caminhos (ou sendas, como bem registramos no título) que, contemporaneamente, a Língua Portuguesa percorre no âmbito das pesquisas acadêmicas.

Do lugar de que olhamos para o caleidoscópio agora, como organizadores da obra – que é a experiência de quem olha para cada fragmento de vidro colorido, cada um por sua vez –, cabe fazer alusão à temática de cada capítulo-fragmento, na tentativa de transmitir a multiplicidade de enfoques que as linguagens recebem aqui. Assim, cabe listar como temáticas dos capítulos, na ordem que aqui aparecem: o lugar e o papel da linguagem oral nas relações de ensino-aprendizagem da língua, tomando como pontos de investigação as proposições didáticas em materiais selecionados pelo Plano Nacional do Livro Didático e a exploração e a sistematização da proficiência das habilidades relacionadas à linguagem oral, assim como fazem com a leitura e a escrita; os resultados da experiência de planejamentos e materiais visando a atender questões práticas do ensino da Língua Inglesa na Educação Básica, protagonizada pelo subprojeto PIBID Letras/Inglês da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Campos Belos; os problemas concernentes à elaboração e codificação da norma padrão no Brasil, tendo em vista seu papel na consolidação da variedade nacional brasileira e, por conseguinte, no fortalecimento do discurso acerca do pluricentrismo do português; a futuridade no português brasileiro verificado na oralidade e a sua ocorrência em outra face da língua: a escrita; a literatura brasileira diaspórica e os hibridismos culturais e linguísticos.

Ainda no campo das trocas entre a Língua Portuguesa e a Literatura, são disponibilizados mais dois capítulos: um sobre a hibridização dos gêneros impulsionada pela modernidade, que propiciou aos autores uma nova estética dentro na criação literária, tendo como corpus de análise crônicas de Fabrício Carpinejar; e outro sobre o ensino da literatura à luz da complexidade e da transdisciplinaridade. Voltando ao campo da Língua Portuguesa, o capítulo seguinte trata do ensino de Português – Língua Estrangeira (PLE), na República Popular da China (RPC), e a abertura para o ensino do Espanhol no referido país. Os temas dos capítulos que vêm na sequência são: a maneira como o livro didático aborda questões relacionadas ao gênero textual/discursivo e como orienta os docentes à prática do ensino fundamentado neles, uma vez que tal compreensão é importante para a

avaliação de como as teorias de gênero vêm sendo transpostas didaticamente para a realidade escolar do Ensino Fundamental; a fala e a escrita, a partir da análise de duas situações discursivas produzidas por um sujeito político, quais sejam: um texto escrito, lido no Plenário do Senado Federal, em dezembro de 2012, por um Senador da República, filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e um texto oral, mais precisamente uma entrevista radiofônica concedida pelo sujeito, em agosto de 2013, a uma estação de rádio de uma cidade do interior de Pernambuco; a avaliação do livro didático *Terra Brasil*, utilizado como instrumento de transmissão da língua e cultura brasileira inserido no curso e estratégia metodológica do Centro de Cultura Brasileiro em Telavive, enquanto material didático e instrumento adotado como “ponte” para a formação de um imaginário coletivo condutor à realidade brasileira em termos culturais e linguísticos, relevante no contexto sociolinguístico particularmente heterogêneo de um país de imigração recente como Israel.

À continuação, surgem como temas dos capítulos: uma reflexão no contexto da genealogia da ética de Michel Foucault a respeito de práticas do sujeito em relação a si mesmo, em termos de cuidados e estetizações do próprio corpo e da subjetividade; a escrita colaborativa *on-line*, intermediada pelo docente, e sua contribuição para a melhoria do processo de produção textual dos discentes, a partir de reflexões teóricas e de uma metodologia que propôs a produção textual do gênero crônica valendo-se do *Google Docs*, com uma turma de 1ª série do Curso Técnico de Agroindústria Integrado ao Ensino Médio do Instituto Federal do Norte de Minas de Gerais (IFNMG), *campus* Salinas; o discurso construído em um texto acerca da educação corporativa, entendida como pertencente ao pilar da Responsabilidade Social, que focou a situação enunciativa explicitada em uma produção textual veiculada no Relatório de Sustentabilidade 2014 de uma multinacional de capital aberto, a Marcopolo, a partir de três análises: a dos dados linguísticos, a dos argumentos e a das estratégias de comunicação empreendidas no texto selecionado para o estudo.

Os últimos capítulos da coletânea tratam: da educação bilíngue para surdos (a oportunidade de aprender a língua de sinais), bem como a compreensão dessa língua espaço-visual e o papel que ela exerce dentro da escola para o aluno surdo e nas relações entre professor-aluno, no momento das atividades pedagógicas; da elaboração de estratégias para a prática pedagógica do ensino de Língua Portuguesa para estrangeiros, como interação e cultura, no contexto nacional e local, considerando as perspectivas de aprendizagem dos alunos no Curso de Português para Estrangeiros, no âmbito da Universidade Estadual do Maranhão; da realização linguístico-textual das operações da interpelação do outro e da referência ao outro (re)conhecidas como formas de tratamento, em função da noção de gêneros de texto, perspectivada pelo Interacionismo Sociodiscursivo; da importância do léxico na compreensão da linguagem matemática e a relação que, efetivamente, se estabelece entre a língua portuguesa e a linguagem matemática, uma vez que o não entendimento da primeira poder-se-á associar, de forma direta, ao desconhecimento do vocabulário utilizado

e à incompreensão da segunda; da didática da linguagem escrita dos professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, tomando a alfabetização como processo discursivo e um processo de construção de sentidos – no qual se aprendem, pelo uso, as funções sociais da escrita, as características discursivas dos textos escritos, os gêneros utilizados para escrever e muitos outros conteúdos de diferentes áreas do conhecimento mediatizados pela interação, interlocução e interdiscursividade; dos critérios de identificação e análise de unidades fraseotermológicas da energia solar fotovoltaica.

Os estudos apresentados foram produzidos por pesquisadores de diversas instituições nacionais e estrangeiras, como o leitor poderá perceber na abertura de cada texto. As metodologias de pesquisa também são diversas, uma vez que a multiplicidade só pode ser a marca de uma coletânea que é organizada a partir de uma chamada com abertura para o diverso.

Agora, cabe ao leitor que chegou até a obra-caleidoscópico mirá-la a partir do seu enfoque e buscar no conjunto de perspectivas que a experiência da leitura que um artefato tão diverso pode oferecer, os textos que são do seu interesse. Que a experiência da leitura seja tão interessante quanto é olhar para um ponto fixo pelo enquadramento do caleidoscópico.

Fabiano Tadeu Grazioli

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O LUGAR DA ORALIDADE EM LIVROS DIDÁTICOS BRASILEIROS RECOMENDADOS PELO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO	
Leandro Alves dos Santos Amélia Escotto do Amaral Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.9311924071	
CAPÍTULO 2	15
GÊNEROS TEXTUAIS E LETRAMENTO CRÍTICO NO ENSINO DE LÍNGUA INGLESA NA EDUCAÇÃO BÈSICA	
Beatriz Garcia da Silva Cristiane Rosa Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.9311924072	
CAPÍTULO 3	25
O PROBLEMA DA NORMA <i>PADRÃO</i> NO BRASIL. UMA REFLEXÃO SOBRE PLURICENTRISMO, CONSTITUIÇÃO DE VARIEDADES NACIONAIS E CODIFICAÇÃO LINGUÍSTICA	
Virginia Sita Farias	
DOI 10.22533/at.ed.9311924073	
CAPÍTULO 4	38
O FUTURO PERIFRÁSTICO NA ESCRITA JORNALÍSTICA MANAUARA	
Jussara Maria Oliveira de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.9311924074	
CAPÍTULO 5	52
A LITERATURA BRASILEIRA DIASPÓRICA E OS HIBRIDISMOS CULTURAIS E LINGUÍSTICOS	
Lucênia Oliveira de Alcântara Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.9311924075	
CAPÍTULO 6	59
O CONFICIONAL NAS CRÔNICAS DE FABRÍCIO CARPINEJAR, UM ESCRITOR HÍBRIDO: SEU ITINERÁRIO DA PROSA À POESIA	
Carlos Henrique de Souza Larissa Cardoso Beltrão	
DOI 10.22533/at.ed.9311924076	
CAPÍTULO 7	71
TRANSDISCIPLINARIDADE, ENSINO E LITERATURA: IMPLICAÇÕES ÀS VIVÊNCIAS PEDAGÓGICAS	
Rosemar Eurico Coenga Fabiano Tadeu Grazioli	
DOI 10.22533/at.ed.9311924077	
CAPÍTULO 8	83
O APOIO INSTITUCIONAL NO ENSINO DE PLE – UM ESTUDO COMPARATIVO	
Luís Filipe Pestana	
DOI 10.22533/at.ed.9311924078	

CAPÍTULO 9	96
CONCEPÇÕES DE GÊNERO TEXTUAL/DISCURSIVO EM LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA PORTUGUESA	
Ericson José de Souza Benedito Gomes Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.9311924079	
CAPÍTULO 10	108
INTERFACE FALA-ESCRITA NO DISCURSO DE UM SUJEITO POLÍTICO	
Magda Wacemberg Pereira Lima Carvalho Daniela Paula de Lima Nunes Malta Mário Pereira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.93119240710	
CAPÍTULO 11	116
AVALIAÇÃO DO LIVRO TERRA BRASIL – CURSO DE LINGUA E CULTURA ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LINGUA ESTRANGEIRA	
Irith Gabriela Freudenheim-Levy	
DOI 10.22533/at.ed.93119240711	
CAPÍTULO 12	127
ESTETIZAÇÃO DA SUBJETIVIDADE: FORMAS CONTEMPORÂNEAS DE CUIDADO DE SI	
Kleber Prado Filho	
DOI 10.22533/at.ed.93119240712	
CAPÍTULO 13	137
A ESCRITA COLABORATIVA <i>ON-LINE</i> : REFLEXÃO SOBRE UMA PRÁTICA DE PRODUÇÃO TEXTUAL	
Ana Clara Gonçalves Alves de Meira	
DOI 10.22533/at.ed.93119240713	
CAPÍTULO 14	145
DISCURSO DA EDUCAÇÃO CORPORATIVA: ESTUDO DA SITUAÇÃO ENUNCIATIVA EM UM TEXTO DO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2014 DA MARCOPOLO S.A	
Marta Cardoso de Andrade Manoel Joaquim Fernandes de Barros Hélder Uzêda Castro	
DOI 10.22533/at.ed.93119240714	
CAPÍTULO 15	160
ESCREVER EM L2 – CONSIDERAÇÕES SOBRE A ESCRITA DE UM ALUNO SURDO	
Claudia Regina Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.93119240715	
CAPÍTULO 16	172
TEACHING-LEARNING OF PORTUGUESE LANGUAGE AS INTERACTION AND CULTURE	
Edimara Sales Cordeiro	
DOI 10.22533/at.ed.93119240716	

CAPÍTULO 17	182
DO [e3mu] AO EXCELENTÍSSIMO LEARNING AND TEACHING TITLES OF CIVILITY Isabel Maria Matos Ramos DOI 10.22533/at.ed.93119240717	
CAPÍTULO 18	196
DA COMPREENSÃO DAS PALAVRAS À APREENSÃO DOS CONCEITOS: UM CONTRIBUTO DA LÍNGUA MATERNA À LITERACIA MATEMÁTICA Carla Isabel Abrantes Silva DOI 10.22533/at.ed.93119240718	
CAPÍTULO 19	208
APRENDER E ENSINAR A ESCREVER: LIMITES E POSSIBILIDADES Ana Lúcia Nunes da Cunha Vilela Bruna Fernandes dos Santos DOI 10.22533/at.ed.93119240719	
CAPÍTULO 20	221
AS UNIDADES FRASEOTERMINOLÓGICAS DA ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA: CRITÉRIOS DE IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE Manoel Messias Alves da Silva Cristina Aparecida Camargo DOI 10.22533/at.ed.93119240720	
SOBRE O ORGANIZADOR	233
ÍNDICE REMISSIVO	234

O PROBLEMA DA NORMA *PADRÃO* NO BRASIL. UMA REFLEXÃO SOBRE PLURICENTRISMO, CONSTITUIÇÃO DE VARIEDADES NACIONAIS E CODIFICAÇÃO LINGUÍSTICA

Virginia Sita Farias

Universität Paderborn, Institut für Romanistik /
UFRJ, Faculdade de Letras

Paderborn – Renânia do Norte-Vestifália
(Alemanha) / Rio de Janeiro – RJ

Bolsista de Pós-Doutorado da CAPES-Fundação
Alexander von Humboldt

the Brazilian national variety, and consequently in the strengthening of the discourse on Portuguese as a pluricentric language.

KEYWORDS: Pluricentrism, national variety, norm, standard.

1 | INTRODUÇÃO

As seguintes páginas estão dedicadas a um tema de suma importância em se tratando de línguas – como o português – que já consolidaram uma cultura linguística – ou *Sprachkultur* (cf. LEBSANFT, 1997) –, mas sempre controverso, sobretudo no âmbito da (socio)linguística brasileira: a norma.

Tratar-se-á especificamente do problema da consolidação e descrição da chamada norma padrão no Brasil, bem como das questões atinentes à sua codificação. O tema – como é de público conhecimento – já foi amplamente explorado, tanto do ponto de vista teórico, relativo à constituição e definição de uma norma padrão brasileira (cf., por exemplo, CUNHA, 1985; FARACO, 2007; 2008; BAGNO, 2007; 2012; ZANATTA, 2009; LUCCHESI, 2012; FARACO e ZILLES, 2017), como do ponto de vista (meta)lexicográfico, relativo à descrição e representação dessa norma nos dicionários (cf., por exemplo, BIDERMAN, 2002; ZANATTA

RESUMO: O objetivo deste artigo é discutir os problemas concernentes à elaboração e codificação da norma padrão no Brasil, tendo em vista seu papel na consolidação da variedade nacional brasileira e, por conseguinte, no fortalecimento do discurso acerca do pluricentrismo do português.

PALAVRAS-CHAVE: Pluricentrismo, variedade nacional, norma, estandar.

THE PROBLEM OF THE BRAZILIAN STANDARD LANGUAGE. A REFLECTION ON PLURICENTRISM, DEVELOPMENT OF NATIONAL VARIETIES, AND LINGUISTIC CODIFICATION

ABSTRACT: The aim of this paper is to discuss the issues concerning the development and codification of the standard language in Brazil, taking into account its role in the consolidation of

e BUGUEÑO MIRANDA, 2007; FARIAS, 2011). Nesta ocasião, propomo-nos retomar o debate em torno à norma padrão brasileira, conduzindo-o, no entanto, à luz de uma concepção pluricêntrica do português, e a partir de conceitos elementares, como variedade nacional, norma, standardização e codificação linguística.

2 | NORMA E STANDARDIZAÇÃO EM CONTEXTOS PLURICÊNTRICOS

Na literatura relativa ao tema, há um consenso a respeito da ambiguidade – derivada, por sua vez, da polissemia – do termo *norma* (cf. PÖLL, 2005, p.49 e ss.). Primeiramente, devemos-nos remontar à distinção que, no âmbito da linguística francesa, estabelece-se entre *norme objective* [norma objetiva] e *norme prescriptive* [norma prescritiva] (cf. PÖLL, 2005, p.50-55). A norma objetiva corresponde ao conceito coseriano de *norma*. Coseriu (1967) aponta a insuficiência da dicotomia saussuriana *langue/parole*, que, ao estabelecer, implicitamente, uma relação entre o social e o sistemático, não dá conta de explicar certos fenômenos linguísticos que, embora sejam manifestações coletivas, não constituem, necessariamente, oposições funcionais (cf. também PÖLL, 2005, p.50). A palavra *marcha-atrás*, por exemplo, pode pronunciar-se [m̄,ah.ʃə.a.tr'aʃ], [m̄,ar.ʃə.a.tr'as] ou [m̄,aɾ.ʃə.a.tr'as]. No entanto, a realização, em posição de coda silábica, de [h], [r] ou [ʀ] e [ʃ] ou [s], por outro, não implica uma oposição do ponto de vista do sistema. A fim de apresentar uma solução às evidentes deficiências do modelo dicotômico de F. de Saussure, Coseriu (1967) propõe o termo intermediário *norma*. A norma abarca, portanto, as realizações que, no âmbito de uma comunidade linguística, são habituais ou *normais*, mesmo que não correspondam a oposições sistemáticas funcionais. Retomando o exemplo apresentado anteriormente, as realizações [h], [r] ou [ʀ] e [ʃ] ou [s] correspondem a diferenciações no nível da norma, decorrentes de fatores diatópicos, diastráticos ou, inclusive, diafásicos; no nível do sistema, contudo, não há oposição funcional, mas, sim, uma neutralização.

A norma prescritiva – ou “norma normativa”, como a designam Faraco e Zilles (2017) – corresponde ao que, no âmbito da linguística coseriana, convencionou-se chamar *ejemplaridad* [exemplaridade] (cf., por exemplo, COSERIU, 1990; 2006; KABATEK e MURGUÍA, 1997, p.207-219). A partir da distinção entre norma objetiva e norma prescritiva – ou entre norma e exemplaridade –, Coseriu (1990) propõe uma oposição entre *correcto* e *exemplar*. O *correcto* se define no âmbito da língua funcional, ou *norma*, e corresponde a tudo o que, relativamente a uma tradição discursiva específica, é – ou pode ser – considerado normal, no sentido de habitual ou tradicional. Já o *exemplar* se define no âmbito da língua histórica, ao delimitar-se um modo de falar – ou uma variedade – que corresponde ao modelo ou ideal de língua de uma comunidade linguística (cf. também COSERIU, 2006, p.48 ss.; MARTÍ SÁNCHEZ, 2013: 210-213). Nesse sentido, e retornando ao exemplo anterior, as

três formas [m̄.ah.f̄.ɐ.a.tr'aʃ], [m̄.ar.f̄.ɐ.a.tr'as] ou [m̄.aɾ.f̄.ɐ.a.tr'as], ao corresponder a normas objetivas específicas, são, sem sombra de dúvida, igualmente corretas; no entanto, do ponto de vista da norma prescritiva, segundo alguns autores (cf., por exemplo, LEITE e CALLOU, 2005), as formas [m̄.ah.f̄.ɐ.a.tr'aʃ] e [m̄.ar.f̄.ɐ.a.tr'as] seriam consideradas exemplares no caso do português do Brasil. Isso se deve a uma tentativa de definição da exemplaridade com base em uma variável diatópica – questão controversa, que, evidentemente, poderia render uma acirrada discussão (cf., por exemplo, FARIAS, 2011).

No que concerne à exemplaridade, há de se diferenciar entre norma culta e o que, em português, convencionou-se chamar norma padrão. Mateus e Cardeira (2007) asseveram que “o que os falantes sentem como correcto corresponde ao padrão ideal (norma-padrão) e a forma como realmente agem corresponde ao padrão real (ou norma objetiva)” (p.24), de tal forma que a diferença entre ambas reside no fato de que “a primeira só tem existência virtual” (p. 26). Portanto, a(s) norma(s) culta(s) – ainda que pertença(m) ao plano da exemplaridade coseriana – corresponde(m) à(s) variedade(s) efetivamente realizada(s) por uma comunidade linguística – ou, ao menos, uma parcela desta, composta pelos falantes considerados cultos –, que “apenas se aproxima tendencialmente do padrão ideal” (p.26-27). A norma padrão, por outro lado, constitui um produto manufaturado, resultante da estandardização linguística. A estandardização é o “proceso por el que una determinada variedad de lengua está sujeta a determinación de lenguas, codificación y estabilización, los cuales conducen al desarrollo de una lengua estándar” (TRUDGILL e HERNÁNDEZ CAMPOY, 2007, s.v. *estandarización*). A norma padrão corresponderia, pois, ao estandar linguístico.

O processo de estandardização – ou fixação de um estandar – conclui-se com a codificação linguística, ou o mecanismo por meio do qual “una variedad de lengua adquiere una forma fija y públicamente reconocida en la que se fijan las normas gramaticales, léxicas, ortográficas e incluso de pronunciación, como marco de referencia general para su uso ‘correcto’” (TRUDGILL e HERNÁNDEZ CAMPOY, 2007, s.v. *codificación*).

A estandardização – em especial no que concerne à etapa de codificação – é, de por si, um processo complexo e, ademais, cercado de muita polêmica (cf., por exemplo, FARACO e ZILLES, 2017, p.41 ss.). O problema, no entanto, se amplifica quando se trata de línguas pluricêntricas, como é o caso do português. Rivaola (2006), por exemplo, ao abordar o problema em relação ao espanhol, destaca que uma língua pluricêntrica deveria contar com uma estandardização também de caráter pluricêntrico. Isso significa que, no caso das línguas pluricêntricas, deveria haver mais de um estandar codificado. Uma estandardização pluricêntrica, porém, tanto no caso do espanhol (cf., por exemplo, PÖLL, 2012; GREUSSLICH, 2015), como do francês (cf., por exemplo, PÖLL, 2005), ou de outras línguas, inclusive o português, do qual falaremos a seguir, ainda não é uma realidade.

3 | PLURICENTRISMO, VARIEDADES NACIONAIS E A NORMA PADRÃO

Desde seu surgimento, na segunda metade do século XX, e seus posteriores desenvolvimentos, especialmente a partir das contribuições de W. Stewart, H. Kloss e M. Clyne, abundam discussões – sobretudo no âmbito da sociolinguística e da linguística variacional – acerca dos conceitos de pluricentrismo e línguas pluricêntricas (cf., por exemplo, MUHR, 2012).

Clyne (1992) define línguas pluricêntricas como “languages with several interacting centres, each providing a national variety with at least some of its own (codified) norms” (p.1). Heger (1993), entretanto, ao resenhar a obra editada por M. Clyne – *Pluricentric languages: Differing Norms in Different Nations* –, atenta, de maneira muito lúcida, para a dificuldade de se definir pluricentrismo: “[E]s [dürfte] nicht ganz leicht fallen [...], eine für jedes der siebzehen Beispiele befriedigende und trotzdem eindeutige Definition dessen zu geben, was unter Plurizentrität zu verstehen ist” (p.211) (cf. também KAILUWEIT, 2015, p.97-101). Heger (1993) referia-se à ausência de um consenso, entre os autores dos dezessete artigos sobre línguas consideradas pluricêntricas reunidos no volume editado por M. Clyne, acerca da definição e emprego dos termos *pluricentrismo* e *pluricêntrico*. Em sua crítica, Heger (1993), tendo em vista que o conceito de pluricentrismo está diretamente atrelado à noção de variedade nacional, alude, ainda, aos problemas atinentes à definição dos conceitos de língua, variedade, norma e nação (cf. HEGER, 1993, p. 211-212).

Uma questão sempre espinhosa será, naturalmente, a definição de *nação*. Em teoria, uma nação pode constituir-se com base na ideia de um estado unificado [*Staatsnation*], de uma língua [*Sprachnation*] ou uma cultura comuns [*Kulturnation*]; na prática, contudo, as três modalidades não são facilmente deslindáveis (cf. GLÜCK e RÖDEL, 2016, s.v. *Sprachnation*). Considerando, porém, que, tanto no caso do Brasil como de Portugal, há um consenso mínimo a respeito do que se entende por nação, não aprofundaremos a discussão aqui (cf., por exemplo, KLOSS, 1987; REICHMANN, 2000; LEBSANFT, 2000). Ainda resta, no entanto, esclarecer o conceito de *variedade nacional*.

Clyne (1989) define variedade nacional [*national variety*] como a “variety of a standard language [...] identified with a particular nation – by both members of that nation and outsiders” (p.359) (cf. também CLYNE, 1992). A comparação dos dois excertos extraídos, respectivamente, de Clyne (1992) e (1989), não permite identificar com clareza se, ao evocar a noção de “*national variety*”, o autor faz referência à *língua* – ou seja, ao diassistema ou conjunto de todas as variedades identificadas com uma determinada língua histórica e hierarquicamente ordenadas a partir uma norma de referência comum (cf. HEGER, 1969; COSERIU, 1982) – ou à *norma* – ou seja, neste caso, à variedade considerada estandar. Por outro lado, a análise dos fragmentos não deixa dúvida a respeito de que a existência de uma “*national variety*” está, de alguma forma, atrelada à necessidade de estandardização

“variety of a standard language”, cf. CLYNE, 1989, p.359) e, mais especificamente, de codificação linguística (“(codified) norms”, cf. CLYNE, 1992, p.1). A variedade nacional, portanto, ou corresponde ela mesma ao estândar, ou, no mínimo, implica a existência de um estândar que – remontando-nos a Oesterreicher (2002) – constitui o ponto de referência para a constituição do “espacio variacional de una lengua histórica” (p.278). Nesse sentido, Kailuweit (2015, p.99) não hesita em afirmar que a constituição de variedades – ou estândares – nacionais daria cabida, conseqüentemente, à constituição de novos pontos de referência, a partir dos quais se organizariam espaços variacionais – ou diassistemas – próprios e independentes. Assim, pois, poder-se-ia assumir que a “*national variety*” corresponde ao estândar. Partindo dessa suposição, a variedade nacional brasileira corresponderia à chamada norma padrão. O problema, contudo, consiste em que a norma padrão não cumpre todos os critérios que definem uma variedade nacional.

Conforme Bierbach (2000, p.144-148), uma variedade nacional, para que seja reconhecida como tal, deve cumprir quatro critérios fundamentais: (a) opor-se a um centro normativo anteriormente estabelecido e claramente discriminado no âmbito da cultura linguística em questão; (b) identificar-se com uma unidade política autônoma – ou nação –; (c) estar minimamente codificada em gramáticas e dicionários; (d) ser reconhecida pela comunidade linguística, dentro dos limites políticos desta, como *sua* língua. Os critérios (a) e (c), no entanto, não se deixam aplicar – ou se aplicam apenas parcialmente – à norma padrão brasileira.

Em relação ao critério (a), deve-se advertir que, no âmbito da cultura linguística lusófona, “não há autoridade formalmente constituída” para a tarefa de standardização linguística, de modo que “[a] autoridade aqui é dispersa e difusa” e “são autores de dicionários, gramáticas e manuais de estilo que se arrogam o direito de ditar as normas [...] e acabam por receber o reconhecimento como ‘autoridades’” (FARACO e ZILLES, 2017, p.65). A ausência de uma autoridade normativa reconhecida por toda a comunidade lusófona, seja por meio de uma intervenção estatal – a exemplo da Real Academia Española ou da Académie française – ou de iniciativas privadas – referimo-nos às grandes editoras, como Duden ou Oxford – confere ao português a excepcional condição de língua sem um centro normativo tradicionalmente estabelecido e reconhecido (cf. CASTRO, 2007). A norma padrão brasileira, pois, efetivamente, não se opõe a uma norma anteriormente estabelecida. Voltaremos a essa questão na seção 4.

No que concerne ao critério (c), há de se mencionar, por exemplo, o papel que desempenham – ou, melhor dito, poderiam vir a desempenhar – as gramáticas consideradas descritivas publicadas nas últimas décadas. Referimo-nos, entre outras, a Neves (2000), Perini (2010), Castilho (2010) e Bagno (2011). Essas quatro obras, de maneira mais ou menos explícita, definem o *português brasileiro* como seu objeto de descrição – contrapondo-se, dessa forma, por exemplo, à clássica gramática de Bechara (2009), cujo objeto de descrição é apenas definido

genericamente como o português na sua modalidade escrita – (cf. BATORÉO, 2014). Contudo, e não obstante o avanço que sua publicação representa, as quatro obras antes mencionadas costumam limitar-se ao registro de formas variantes no âmbito do português brasileiro, porém sem determinar sua localização no diassistema – tarefa que, diga-se de passagem, na ausência de uma norma de referência, não seria exequível. Essas gramáticas convertem-se, portanto, em uma espécie de inventário de *variantes*, o que em si não constitui um problema, salvo pelo fato de que isso não contribui para a fixação da norma padrão brasileira e, por conseguinte, tampouco para uma descrição adequada da *variação* no português do Brasil, uma vez que “lo decisivo para la interpretación [...] de un dato lingüístico – un sonido, una forma morfológica, una construcción sintáctica, un lexema – no es nunca la pura existencia o la difusión, sino el estatus del fenómeno en el espacio variacional” (cf. OESTERREICHER, 2002, p.283).

Os dicionários gerais mais difundidos no Brasil – AuE e HouE –, por sua vez, tampouco colaboram muito para a fixação da norma padrão. Embora se trate de obras que visam atender, em princípio, à demanda dos consulentes brasileiros – e que, por essa razão, poder-se-iam arrogar o valor simbólico de “dicionários nacionais” –, o repertório léxico que registram não se limita à(s) variedade(s) brasileira(s) do português. Chama a atenção, pois, a incorporação de unidades léxicas provenientes de Portugal – inclusive regionalismos como s.v. *ola* “Trás-os-Montes” em HouE –, África e Ásia. O tratamento dispensado a esse material léxico, no entanto, caracteriza-se pela imprecisão na atribuição das respectivas marcas diatópicas, bem como pela discrepância entre as informações apresentadas em cada uma das obras. Além disso, no que concerne especificamente às variedades africanas e asiáticas, é flagrante sua reduzida presença em comparação com os lusismos registrados (cf. FARIAS, 2011). Assim, pois, por um lado, poder-se-ia interpretar a presença de lusismos, africanismos e asiatismos nos dicionários gerais de português publicados no Brasil como uma tentativa de forjar uma codificação pluricêntrica. Essa hipótese, contudo, não pode ser comprovada, posto que a falta de sistematicidade, tanto em relação à recolha do material léxico, como ao seu registro, leva a crer que se trata simplesmente de mera curiosidade linguística, sem compromisso com um retrato fidedigno da língua e sua condição pluricêntrica. Por outro lado, se se tem em conta que uma das funções atribuíveis aos dicionários mencionados é justamente a descrição da(s) variedade(s) brasileira(s) e a fixação da norma lexical correspondente, caberia indagar acerca do propósito da inclusão de material léxico proveniente de outras variedades nessas obras.

4 | O PLURICENTRISMO COMO FENÔMENO IDEOLÓGICO-DISCURSIVO E A FIXAÇÃO DA NORMA PADRÃO

Permitimo-nos, aqui, retornar aos critérios descritos em Bierbach (2000), atentando para o fato de que estes são de natureza diversa. Os critérios (b) e (d) – respectivamente, identificação com uma nação e consciência linguística dos falantes – são de natureza puramente político-ideológica. Se assumimos esse ponto de vista, não restam dúvidas de que o português brasileiro e o português europeu, com suas normas objetivas correspondentes, constituem variedades nacionais distintas. O português é, de fato, amplamente reconhecido já há algumas décadas como uma língua pluricêntrica, que conta com, no mínimo, dois centros claramente identificáveis: Brasil e Portugal (cf. BAXTER, 1992; PÖLL, 2001; 2005, p.79-88; 2012; CASTRO, 2007; SILVA, 2018). Nesse sentido, seria, inclusive, mais acertado o uso do qualificativo “bicêntrica”, posto que as variedades africanas e asiáticas do português ainda não possuem normas (standardizadas) próprias (cf. OLIVEIRA, 2016).

Já os critérios (a) e (c) – respectivamente, a existência de um centro normativo pré-estabelecido, identificado, geralmente, com a antiga metrópole, e a codificação sistemática em gramáticas e dicionários – mesclam aspectos linguísticos e político-ideológicos, que, por sua vez, não se deslindam facilmente. A fim de ilustrar e explicar as interconexões entre ambos os aspectos, remontamo-nos à distinção entre *Abstand-* e *Ausbausprache* que se estabelece em Kloss (1993 [1967]).

De acordo com Kloss (1993), *Abstandsprache* [“língua por distância”] define-se a partir dos “graus de distância intrínseca” [*degrees of intrinsic distance*] entre duas variedades/línguas, que permitiria classificá-las ou não como dialetos uma da outra. Trudgill e Hernández Campoy (2007) mencionam o parentesco tipológico como fator determinante para a definição de língua e dialeto: “el que a una variedad se la considere más lengua propiamente que dialecto viene determinado por las diferencias que su sistema lingüístico presenta con respecto a otras lenguas” (s.v. *abstand*).

Deve-se reconhecer, no entanto, que a distância – embora continue sendo um critério empregado na definição de variedades nacionais (cf., por exemplo, MUHR, 2012) – carece de objetividade, considerando a dificuldade de sua comprovação empírica (sobre o desenvolvimento de métodos métricos para o cálculo da distância entre duas variedades/línguas, cf. PEIRSMAN, GEERAERTS e SPEELMAN, 2015; ZAMPIERI, 2016; SILVA, 2018). Assim, pois, se por um lado, não há dúvidas em se determinar que o basco – inclusive pela sua divergência genética em relação às línguas que formam parte do domínio linguístico ibérico – é uma língua, o mesmo não pode ser dito acerca do galego, para citar apenas um caso (cf., por exemplo, KABATEK, 1992).

No que diz respeito ao português, há numerosas pesquisas acerca de aspectos

fonéticos e fonológicos, gramaticais e léxicos que endossam a existência de traços divergentes entre as variedades brasileira e europeia (cf., por exemplo, TARALLO, 1993; ILARI et al., 1996; CASTILHO, 2008). Entretanto, na nossa modesta opinião, a asserção segundo a qual o português brasileiro e o europeu, com base no critério – até certo ponto subjetivo – da distância linguística, corresponderiam a variedades – ou mesmo línguas – diferentes parece ser mais propriamente produto de uma construção discursiva – e, portanto, ideológica -, do que necessariamente uma realidade linguística empírica e objetivamente comprovável. Trudgill e Hernández Campoy (2007) recordam que é muito comum, no âmbito, por exemplo, da planificação linguística, “tomar aquellos rasgos disponibles de mayor caracterización *abstand*” (s.v. *ausbau*). Salienta-se, nesse sentido, que, entre as normas escritas no Brasil e em Portugal há, provavelmente, mais similitudes do que há, por exemplo, entre as variedades orais diastrático-diafasicamente diferenciadas do português dentro do Brasil. Mateus e Cardeira (2007) asseveram que “[n]o Brasil, a estratificação social é profunda e o comportamento linguístico da população afasta-se significativamente da norma culta” (p.24). Devemos ressaltar, no entanto, e antes de encerrar essa questão, que o pluricentrismo é, de fato, um conceito discursivo-ideológico: quem define se uma língua é ou não pluricêntrica – ou se se trata ou não de uma mesma língua – é, ao fim e ao cabo, a própria comunidade linguística que, por meio de constructos político-ideológicos, molda sua consciência linguística. Nesse sentido, é, portanto, por um lado, incontestável a realidade pluricêntrica do português. Por outro lado, igualmente incontestável é, por conseguinte, a legitimidade de se defender a existência de variedades – ou se se prefere, de línguas – diferentes no Brasil e em Portugal – sempre e quando, porém, se compreenda que não se trata de uma questão estritamente linguística, mas essencialmente político-ideológica.

Aolado do conceito de *Abstandsprache*, Kloss (1993) propõe o de *Ausbausprache* [“língua por elaboração”], que corresponde à língua cujo desenvolvimento funcional permite aos falantes utilizá-la nas mais diversas situações comunicativas – tanto orais como escritas – e para os mais diversos fins (cf. também KABATEK, 2003). A diferenciação de línguas com base neste critério desconsidera, em absoluto, os aspectos linguísticos, fixando-se, abertamente, nas questões sociais, culturais e políticas. Dessa forma, o norueguês e o sueco, para dar apenas um exemplo, não são consideradas línguas diferentes com base nas divergências linguísticas ou na ausência de inteligibilidade mútua, mas “porque se les asocia con dos naciones estado desiguales e independientes, así como porque sus tradiciones respectivas soportan sistemas de escritura, libros de gramática y diccionarios también diferentes” (TRUDGILL e HERNÁNDEZ CAMPOY, 2007, s.v. *ausbau*). A elaboração é, pois, consequência de um processo consciente de planificação linguística que, por sua vez, tem como resultado a fixação e codificação de um padrão linguístico.

Acerca da elaboração do português, Castro (2007) assinala que “[n]a passagem do séc. XVII para o XVIII começou a tornar-se claro que a evolução da língua em

Portugal e na colónia brasileira não mais seguia caminhos paralelos” (s.p.), de modo que “Portugal e Brasil prosseguem as suas respectivas histórias linguísticas, que se dirigem, tanto quanto é possível observar, para destinos diferentes” (s.p.). A situação descrita dá cabida, pois, à constituição de normas cultas (ao menos parcialmente) divergentes e, sobretudo, independentes, no Brasil e em Portugal, que, no entanto, em nenhum dos casos, foi acompanhada pela respectiva codificação da norma padrão (cf. CASTRO, 2007).

A ausência de uma autoridade linguística centralizada e gerida pela antiga metrópole – como no caso do espanhol e do francês, por exemplo – favoreceu, de certa forma, a antiga colônia. O pluricentrismo nos âmbitos hispanófono e francófono é caracterizado por sua assimetria, com vantagem evidente do centro normativo tradicional (cf. PÖLL, 2012). No caso específico do espanhol, a possibilidade de conciliação do pluricentrismo com a ideia de uma “*superejemplaridad*” – para empregar o termo coseriano – materializada na forma da chamada “*norma pan-hispánica*” (cf. FARIAS, 2018a; 2018b) não chega a constituir um paradoxo (cf. também PÖLL, 2012). Essa situação, no entanto, provavelmente não seria admitida no caso do português – cujo pluricentrismo, ademais, é, de acordo com Pöll (2005; 2012), caracterizado por maior simetria, bem como pela vantagem evidente em favor da ex-colônia.

O panorama descrito, entretanto, embora tenha contribuído para a configuração do pluricentrismo do português do ponto de vista político-ideológico, parece não ter operado como um facilitador no que diz respeito à standardização e codificação da variedade nacional no Brasil. Por um lado, a norma padrão descrita nas chamadas gramáticas tradicionais corresponde, ao menos em parte, àquela estabelecida na segunda metade do século XIX e construída de forma artificial, baseada nos usos de escritores lusitanos, de modo que, passados 150 anos, dista cada vez mais das normas cultas praticadas hoje no Brasil (cf. FARACO, 2008, p.80-85). Desta opinião, compartilham também Faraco e Zilles (2017), ao afirmar que há uma “grande discrepância entre a norma culta e a norma-padrão no Brasil” (p.20). É óbvio, pois, que os brasileiros não reconhecerão a *sua* língua em tais obras. Por outro lado, nem as gramáticas consideradas descritivas, citadas *ad supra*, devido à sua isenção no que respeita ao seu papel de instrumentos normativos e codificadores, nem os dicionários brasileiros, em razão dos problemas conceituais e metodológicos que se advertem na sua elaboração, contribuem muito para a resolução do problema da orientação normativa.

Em suma, e conforme se assevera em Farias (2011), é possível identificar dois problemas relacionados à delimitação e codificação da norma padrão no Brasil, que seguem pendentes de solução:

- a. no âmbito teórico, carece-se de uma compreensão clara do conceito de *norma* e *exemplaridade*, bem como de suas funções sistêmico-linguística –

como magnitude ordenadora do espaço variacional da língua histórica – e social – como referência normativa para os falantes em situações comunicativas específicas, geralmente de distância comunicativa e, sobretudo, na escrita;

- b. no âmbito metodológico, carece-se de instrumentos – mais especificamente, *corpora* representativos de variedades cultas – que permitam construir a norma prescritiva do português a partir da descrição sistemática de uma (ou mais) norma(s) objetiva(s) praticada(s) efetivamente pela comunidade linguística.

Não cabe, pois, seguir negando o papel social da normatividade. Se na sua dimensão coletiva, como instrumento de unidade política, uma norma exemplar unificada não se justifica em absoluto, na sua dimensão individual, como meio de satisfação do anseio normativo da comunidade linguística, o estabelecimento de uma norma de referência recobra todo seu sentido (cf., por exemplo, FARIAS, 2018b, p. 351-352). Além disso, delimitar e codificar uma norma padrão atualizada e com a qual a respectiva comunidade linguística se sinta identificada é *conditio sine qua non* para que se possa falar, com propriedade, na existência de uma variedade nacional brasileira – segundo o exposto *ad supra* – e, dessa forma, reforçar o discurso em favor do pluricentrismo do português. Nesse sentido – e à guisa de conclusão –, somamo-nos às vozes de Faraco e Zilles (2017), a fim de recalcar que a questão crucial não consiste, absolutamente, em justificar ou não a necessidade de uma norma padrão – que, aliás, já está dada a *priori* – mas sim em “saber como e donde ela deve emergir” (p.93).

REFERÊNCIAS

- AuE. FERREIRA, A.B.H. (ed.). *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2009.
- Bagno, M. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. 7.ed. São Paulo: Parábola, 2007.
- BAGNO, M. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.
- BAGNO, M. Língua, história e sociedade. Breve retrospecto da norma padrão brasileira. In: Bagno, M. (ed.). *Linguística da Norma*. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p.163–181
- BATORÉO, H.J. Que gramática(s) temos para estudar o português língua pluricêntrica. *Diadorim*, n.16, 1-15, 2014.
- BAXTER, A.N. Portuguese as a pluricentric language. In: CLYNE, M. (ed.). *Pluricentric languages: Differing Norms in Different Nations*. Berlin: de Gruyter, 1992. p.11-43
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.
- BIDERMAN, M.T.C. A formação e a consolidação da norma lexical e lexicográfica no português do Brasil. In: NUNES, J.H.; PETTER, M. (org.). *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2002. p.65-82

- BIERBACH, M. Spanische – eine plurizentrische Sprache? Zum Problem von *norma culta* und Varietät in der hispanophonen Welt. *Vox Romanica*, n.59, 143-170, 2000.
- CASTILHO, A.T. de. O português do Brasil. In: ILARI, R. (org.). *Linguística românica*. 3.ed. São Paulo: Ática, 2008. p.237-285
- CASTILHO, A.T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CASTRO, I. Forças de união e separação no espaço da língua portuguesa. Conferência proferida no Institut d'Estudis Catalans, Barcelona. Disponível em: http://www.clul.ulisboa.pt/files/ivo_castro/2007_Unio_e_Separao.pdf; acesso em: 10.04.2019.
- CLYNE, M. Pluricentricity: National Variety. In: AMMON, U. (ed.). *Status and Function of Languages and Language Varieties*. Berlin; New York: de Gruyter, 1989. p.357-371
- CLYNE, M. Pluricentric languages – Introduction. In: CLYNE, M. (ed.). *Pluricentric languages: Differing Norms in Different Nations*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1992. p.1-9
- COSERIU, E. Sistema, norma y habla. In: COSERIU, E. *Teoría del lenguaje y lingüística general*. Cinco estudios. 2.ed. Madrid: Gredos, 1967. p.11-113
- COSERIU, E. *Sentido y tareas de la dialectología*. 6.ed. México, D.F.: Instituto de Investigaciones Filológicas; Centro de Lingüística Hispánica, 1982.
- COSERIU, E. El español de América y la unidad del idioma. In: *I Simposio de Filología Iberoamericana*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1990. p.43-75.
- COSERIU, E. Lenguaje y política. In: COSERIU, E; LOUREDA LAMAS, O. (org.). *Lenguaje y discurso*. Barañáin: Universidad de Navarra, 2006. p.35-56
- CUNHA, C. *A questão da norma culta brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.
- FARACO, C.A. Por uma pedagogia da variação linguística. In: CORREIA, D.A. (org.). *A relevância social da lingüística: linguagem teoria e ensino*. São Paulo; Ponta Grossa: Parábola Editorial; Editora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2007. p.21-50.
- FARACO, C.A. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- FARACO, C.A.; ZILLES, A.M. *Para conhecer: Norma Linguística*. São Paulo: Contexto, 2017.
- FARIAS, V.S. A questão da variação diatópica, diafásica e diastrática no português brasileiro e sua representação nos dicionários semasiológicos. *Lusorama*, n.87/88, 100-155, 2011.
- FARIAS, V.S. La política lingüística panhispánica y su reflejo en las obras académicas. Consideraciones acerca del tratamiento de la variación diatópica y diastrático-diafásica en el DRAE. In: FRANKE, A.-S.; ÁLVAREZ VIVES, V. (Hrsgn.). *Romaniae Pontes*. Beiträge zur Sprache in der Gallo- und Iberoromania. Berlin: Peter Lang, 2018a. p.161-174
- FARIAS, V.S. Pluricentrismo, panhispanismo y lexicografía. Análisis de la codificación normativa en los *corpora* y diccionarios académicos. In: *XIII Congreso Internacional de Lingüística Xeral*. Vigo: Universidade de Vigo, 2018b. p.350-357
- GLÜCK, H.; RÖDEL, M. (Hrsgn.). *Metzler Lexikon Sprache*. 5.Aufl. Stuttgart: Metzler Verlag, 2016.

- GREUSSLICH, S. El pluricentrismo de la cultura lingüística panhispánica: política lingüística, los estándares regionales y la cuestión de su codificación. *Lexis*, n.39(1), 57-99, 2015.
- HEGER, K. "Sprache" und "Dialekt" als linguistisches und soziolinguistisches Problem. *Folia Linguistica*, n.3, 46-67, 1969.
- HEGER, K. Rezension zu "M. Clyne (Ed.). *Pluricentric languages: Differing Norms in Different Nations*". *Zeitschrift für Dialektologie und Linguistik*, n.60(2), 211-213, 1993.
- HouE. Instituto Antonio Houaiss. *Dicionário da língua portuguesa Houaiss Eletrônico*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- ILARI, R. et al. Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para análise. In: CASTILHO, A.T. de; BASILIO, M. (org.). *Gramática do português falado*. Vol. 4. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas; Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 1996. p.79-166
- KABATEK, J. Der Normenstreit in Galicien. Versuch einer Erklärung. *Lusorama*, n.18, 65-83, 1992.
- KABATEK, J. ¿En que consiste o ausbau dunha lingua? In: ÁLVAREZ DE LA GRANJA, M.; GONZÁLEZ SEONE, E. (eds.). *A planificación do léxico galego*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega; Instituto da Lingua Galega, 2003. p.37-51.
- KABATEK, J.; MURGUÍA, A. „Die Sachen sagen, wie sie sind...“ Eugenio Coseriu im Gespräch. Tübingen: Gunter Narr, 1997.
- KAILUWEIT, R. *Los maestros de idiomas – Plurizentrische Sprachräume als kommunikatives Konstrukt*. In: FELBECK, Ch.; KLUMP, A.; KRAMER, J. (Hrsgn.). *America Romana: Neue Perspektiven transarealer Vernetzungen*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2015. p.97-119
- KLOSS, H. Nation. In: AMMON, U.; DITTMAR, N.; MATTHEIER, K.J. (Hrsgn.). *Sociolinguistics. An International Handbook of the Science of Language and Society*. Vol. 1. Berlin; New York: de Gruyter, 1987. p.102-108
- KLOSS, H. Abstand Languages and Ausbau Languages. *Anthropological Linguistics*, n.35/1-4, 158-170, 1993.
- LEBSANFT, F. *Spanische Sprachkultur. Studien zur Bewertung und Pflege des öffentlichen Sprachgebrauchs im heutigen Spanien*. Tübingen: Max Niemeyer, 1997.
- LEBSANFT, F. *Nation und Sprache: das Spanische*. In: GARDT, A. (Hrsg.). *Nation und Sprache. Die Diskussion ihres Verhältnisses in Geschichte und Gegenwart*. Berlin; New York: de Gruyter, 2000. p.643-671
- LEITE, Y.; CALLOU, D. *Como falam os brasileiros*. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- LUCCHESI, D. Norma linguística e realidade social. In: Bagno, M. (ed.), *Linguística da Norma*. 3.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. p.57-83
- MARTÍ SÁNCHEZ, M. Con motivo de José Polo, *Entorno del universo normativo de Eugenio Coseriu*. *Cuaderno de Bitácora*, 2012. *RSEL*, n.43(1), 201-216, 2013.
- MATEUS, M.H.M.; CARDEIRA, E. *Norma e variação*. Lisboa: Caminho, 2007.
- MUHR, R. Linguistic dominance and non-dominance in pluricentric languages: A typology. In: MUHR, R. (ed.). *Non-dominant Varieties of pluricentric Languages. Getting the Picture*. Wien: Peter Lang Verlag, 2012. p.23-48.

NEVES, M.H. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

OESTERREICHER, W. El español, lengua pluricéntrica: perspectivas y límites de una autoafirmación lingüística nacional en Hispanoamérica. El caso mexicano. *Lexis*, n.26(2), 275-304, 2002.

OLIVEIRA, G.M. The system of national standards and the demolinguistic evolution of Portuguese. In: MUHR, R. (ed.). *Pluricentric Languages and Non-Dominant Varieties Worldwide*. Part II: The Pluricentricity of Portuguese and Spanish. New Concepts and Descriptions. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2016. p.35-48

PEIRSMAN, Y.; GEERAERTS, D.; SPEELMAN, D. The corpus-based identification of cross-lectal synonyms in pluricentric languages. *International Journal of Corpus Linguistics*, v.20(1), 54-80, 2015.

PERINI, M. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010.

PÖLL, B. Essai de standardologie comparée: quelques éléments pour une comparaison de l'espagnol et du portugais européens et américains. *Revue belge de philologie et d'histoire*, n.79(3), 907-930, 2001.

PÖLL, B. *Le français langue pluricentrique? Études sur la variation diatopique d'une langue standard*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2005.

PÖLL, B. Situaciones pluricéntricas en comparación: el español frente a otras lenguas pluricéntricas. In: LEBSANFT, F.; MIHATSCH, W.; POLZIN-HAUMANN, C. (eds.). *El español, ¿desde las variedades a la lengua pluricéntrica?* Madrid; Frankfurt: Iberoamericana; Vervuert, 2012. p.29-46.

REICHMANN, O. *Nationalsprache* als Konzept der Sprachwissenschaft. In: GARDT, A. (Hrsg.). *Nation und Sprache*. Die Diskussion ihres Verhältnisses in Geschichte und Gegenwart. Berlin; New York: de Gruyter, 2000. p.419-469

RIVAROLA, J.L. El español en el siglo XXI: los desafíos del pluricentrismo. *Boletín Hispánico Helvético*, n.8, 97-109, 2006.

SILVA, A.S. Variação linguística e pluricentrismo: novos conceitos e descrições. In: *XIII Congresso Internacional de Lingüística Xeral*. Vigo: Universidade de Vigo, 2018b. p.838-845

TARALLO, F. Diagnosticando uma gramática brasileira: O português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, I.; KATO, M.A. (org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993. p.69-105.

TRUDGILL, P.; HERNÁNDEZ CAMPOY, J.M. *Diccionario de sociolingüística*. Madrid: Gredos, 2007.

ZAMPIERI, M. *Pluricentric Languages*. Automatic Identification and Linguistic Variation. Ph.D. Thesis. Philosophische Fakultäten, Universität Saarbrücken, 2016.

ZANATTA, F. Breve panorama da situação da norma lingüística no Brasil. *Lusorama*, n.77/78, 79-102, 2009.

ZANATTA, F.; BUGUEÑO MIRANDA, F.V. A normatividade nos dicionários gerais de língua portuguesa. In: LIMA-HERNANDES, M.C. et al. (eds.). *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: Editora da FFLCH, 2007. p.1-20

SOBRE O ORGANIZADOR

FABIANO TADEU GRAZIOLI é Doutor e Mestre em Letras pela na Universidade de Passo Fundo/RS (UPF). Especialista em Metodologia do Ensino da Literatura e Licenciado em Letras Português/Espanhol pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI). Professor do Departamento de Ciências Humanas da URI, da Faculdade Anglicana de Erechim/RS (FAE) e do Colégio Franciscano São José. Coordenou o segmento de Literatura Infantil e Juvenil da Habilis Press Editora por cinco anos. Contemplado com a Bolsa FUNARTE de Produção Crítica sobre Conteúdos Artísticos em Mídias Digitais/Internet - Edição 2009, a partir da qual desenvolveu a pesquisa *Leitura e fruição na tela: um olhar crítico em direção à ciberpoesia*. Contemplado com a Bolsa FUNARTE de Circulação Literária - Edição 2010, com a qual desenvolveu o projeto *Leitura dramática: revelando a dramaturgia brasileira para jovens leitores e suas comunidades*. Contemplado com a Bolsa Biblioteca Nacional/FUNARTE de Circulação Literária - Edição 2012, a partir da qual desenvolveu o projeto *Dramaturgia e jovens leitores: encontros necessários nos territórios da cidadania*. Autor de *Teatro de se ler: o texto teatral e a formação do leitor* (Ediupf), que teve sua segunda edição em 2019. Organizou, entre outras, as obras: *Teatro infantil: história, leitura e propostas* (Positivo), sobre dramaturgia para crianças e jovens, que recebeu o Prêmio de Melhor Livro Teórico 2016 (Produção 2015), e, no mesmo ano, o Selo Altamente Recomendável – Livro Teórico, da Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ); e com Rosemar Eurico Coenga, *Literatura de recepção infantil e juvenil: modos de emancipar* (Habilis Press), que recebeu o Prêmio de Melhor Livro Teórico 2019 (Produção 2018), e, no mesmo ano, o Selo Altamente Recomendável – Livro Teórico, da FNLIJ.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alemão 52, 53, 54, 55

C

Carpinejar 6, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69

Complexidade 71

Concepções de gêneros 96

Crônica 59

D

Dicionário terminológico 221, 231

E

Educação bilíngue 160

Energias renováveis 221, 222, 232

Ensino 7, 9, 3, 6, 7, 15, 16, 19, 23, 24, 83, 87, 93, 94, 96, 137, 144, 165, 168, 183, 194, 206, 207, 208, 233

Escrita 11, 14, 108, 137, 142

Escrita Colaborativa 137

F

Fala 11, 108, 111

G

Gêneros textuais 15, 23, 107, 144, 181

H

Habilidades linguísticas 1

L

Letramento crítico 15, 23

Língua de Sinais 160, 162, 163, 166, 168, 169, 170, 171

Língua Inglesa 15, 53

Literatura 6, 9, 51, 52, 55, 59, 64, 69, 71, 72, 75, 77, 78, 79, 81, 89, 194, 233

Livro didático 96

O

Oralidade 183

P

Perífrase 47, 48

Poesia 59, 70

Português 6, 7, 37, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 83, 87, 88, 90, 92, 94, 95, 107, 138, 166, 172, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 189, 194, 195, 203, 205, 206, 207, 222, 232, 233

Produção de texto 96, 160

Prosa poética 59

S

Sujeito Político 108

T

Transdisciplinaridade 71

U

Unidades fraseotermológicas 221

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-493-1



9 788572 474931